

A área da Conservação e Restauração: uma abordagem histórica e política

Patrícia Riggo Cordeiro

Resumo: O artigo em questão busca contextualizar historicamente a área da Conservação e Restauração desde a sua criação até os dias de hoje. Com isso, o texto faz uma abordagem histórica apresentando a área da Conservação, tanto na Europa quanto no Brasil, além de pontuar sobre como a falta de regulamentação afeta não só ao Patrimônio como também as instituições.

Palavras-chave: Conservação e Restauração; Regulamentação; História; Preservação.

Abstract: *The article in question seeks to historically contextualize the area of Conservation and Restoration from its creation to the present day. With this, the text makes a historical approach cuts an area of Conservation, both in Europe and in Brazil, in addition to pointing out how the lack of physical conditioning not only to heritage but also to institutions.*

Key-words: *Conservation and Restoration; Regulation; History; Preservation.*

Patrícia Riggo Cordeiro

Bacharel em Conservação e Restauração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT/Fiocruz). **Contato:** patricia.riggoc@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma breve análise histórica da profissão de Conservador-Restaurador passando pela tentativa de sua regulamentação, ainda não efetivada, embora exista há anos no Brasil (pelo menos desde os anos 80) sem qualquer tipo de reconhecimento.

A Conservação e Restauração se encontra muito presente na sociedade de uma maneira geral, ela está nas leis de incentivo à cultura, nas instituições culturais, nos laboratórios dos museus e arquivos, nos cursos técnicos e tecnológicos, nos cursos universitários devido ao programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e nas mídias.

Conservar (do latim *conservare*) significa manter, preservar. Desse modo a atitude básica da preservação se limita mais puramente à expressão na conservação: conservar é o princípio supremo da preservação. Juntamente com as medidas de estabilização e salvaguarda, o trabalho da conservação, que protege a estrutura de um monumento e evita sua perda, deve, portanto, ter prioridade absoluta sobre todas as outras medidas. Infelizmente, esse princípio não pode ser tomado como certo, porque, muitas vezes partes de um monumento são reparadas ou até mesmo reconstituídas a um custo elevado, enquanto outros componentes do mesmo objeto continuam se deteriorando sem um mínimo trabalho de conservação urgente e necessário.¹ (PETZET, p. 9. Tradução nossa)

Entretanto, a profissão do Conservador-Restaurador não é uma profissão regulamentada, ou seja, isso permite que qualquer pessoa possa exercer o cargo desse profissional com o menor conhecimento. Isso faz com que o próprio bem, seja ele material ou imaterial, sofra com as consequências.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende apresentar um histórico do desenvolvimento da profissão de Conservação e Restauração, tanto na Europa quanto no Brasil, para demonstrar que a área possui um histórico antigo de existência e sempre foi importante para salvaguarda do Patrimônio Histórico.

¹No original: To conserve (*conservare*) means to keep, to preserve. Thus the basic attitude of preservation comes most purely to expression. In conservation: to conserve is the supreme preservation principle. Together with stabilization and safeguarding measures, conservation work that protects the fabric of a monument and prevents its further loss should therefore have absolute priority over all other measures. Unfortunately this principle cannot be taken for granted because often parts of a monument are renovated or even reconstructed at great cost while other components of the same building continue to deteriorate without urgently necessary conservation work. (PETZET, p.9)

O trabalho também se propõe a apresentar, a partir desse histórico, uma breve análise sobre a falta de regulamentação da profissão tendo em vista os inúmeros cursos de graduação, tecnólogos, tecnológicos e mestrados desenvolvidos na área. Além disso, mostra a falta de cuidado que algumas instituições têm ao contratar pessoas que não são da área e acabam destruindo o bem, seja ele móvel ou imóvel.

BREVE HISTÓRICO DA ÁREA DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Antes de existir enquanto profissão, a Conservação existia enquanto sentimento, no desejo de se preservar os patrimônios pertencentes à sociedade, de fazer com que eles perdurem no tempo, sejam eles históricos ou não. Há séculos as sociedades antigas tinham uma preocupação maior com os materiais e técnicas de construção, sejam eles para produção de objetos decorativos ou edificações.

Na era da Grécia antiga os templos e casas funcionam como uma espécie de museu, exibindo seus objetos de valor, como mosaicos, afrescos e esculturas. Podemos ver do mesmo modo a sociedade romana, onde era comum o costume de colecionar esculturas, afrescos, encáusticas, cerâmicas e outros objetos de cunho artístico, uma vez que isso indicava um alto poder social e político.

Durante a Idade Média, devido à escassez de materiais, alguns monumentos foram destruídos para reutilização de outra forma. Com isso, artesãos da época buscavam recuperar as partes perdidas ou destruídas dessas obras, mas, muitas das vezes essas intervenções eram de acordo com o gosto do artista ou da pessoa que a solicitou. A Contrarreforma fez com que muitas pinturas fossem modificadas por motivos devocionais, sejam elas do próprio período ou anteriores.

A partir do Renascimento Artístico italiano (séculos XIV e XVI) houve um apelo muito grande pela instância estética e não pela instância histórica. Com a descoberta de novas técnicas de pintura, inserções e mudanças nas pinturas, solicitadas pelos nobres compradores e colecionadores de arte, o objetivo era tornar as obras de arte “belas e novas” novamente). Nesse momento é possível ver falsificações (cópias), acréscimos, o princípio de uma análise de conservação e o termo “restauração” sendo usado no sentido de “refazer”

No século XVI, começamos a encontrar observações relativas à conservação de obras de arte, em escritores de arte. Michiel, por exemplo, observaria como na casa de Leonico Tolomeo em Pádua, o “retrato do próprio Leonico quando jovem” de Giovanni Bellini estava agora todo “lascado (“tutto cascato”), amarelado e obscurecido”, e referia-se frequentemente a fragmentos antigos em palácios venezianos, mas mostrados como eram, e não como parte de um esquema decorativo; antes, da maneira como podem ser vistos no Retrato de Andrea Odoni, de Lorenzo Lotto, em Hampton Court. Além disso, em uma obra elaborada e rica como *Vidas de Vasari*, encontramos um vasto campo de discussão relacionado aos problemas e expectativas ligados à conservação, e à possibilidade de sobrevivência das obras de arte.² (CONTI, p.37. Tradução nossa)

Na Europa, com o desenvolvimento dos mercados de arte e o status de artesão-restaurador ganhando força, muitas pinturas foram sendo “corrigidas” e muitas técnicas sendo testadas. No final do século XVIII e início do século XIX, a ideia de monumento e sua preservação começa a se tornar parte do pensamento social, ou seja, a ideia de que o patrimônio cultural faz parte do coletivo. Segundo a historiadora Françoise Choay, podemos ver esse desejo de preservação dos monumentos históricos na França muito forte a partir da Revolução Francesa (1789-1799) e com a criação de antiquários.

Em 11 de dezembro de 1790, o antiquário naturalista Aubin-Louis Millin, que parece ter sido inventor do termo “monumento histórico”, apresenta à Assembléia Nacional Constituinte o primeiro volume de seu *Antiquités nationales* ou *Recueil de monuments*. “A incorporação dos bens eclesiásticos aos domínios nacionais, a venda rápida e fácil desses domínios vão propiciar à nação recursos que, sob a égide da liberdade, torná-la-ão a mais feliz e mais florescente do universo; mas não se pode negar que essa venda precipitada seja, no presente momento, muito funesta às artes e às ciências, destruindo objetos de arte e monumentos históricos que seriam interessante conservar (...). Há um sem-número de objetos importantes para as artes e para a história que não podem ser transportados [para depósitos] e que logo serão fatalmente destruídos ou adulterados.” (CHOAY, p. 96)

² No original: In the sixteenth century, we begin to find observations relating to the conservation of works of art, in writers on art. Michiel, for instance, would observe how in the house of Leonico Tolomeo in Padua, the “portrait of Leonico himself as a young man” by Giovanni Bellini was now all “flaked away (“tutto cascato”), yellowed and obscured”, and would refer frequently to antique fragments in Venetian palaces, but shown as they were, and not as part of a decorative scheme; rather in the way they can be seen in Lorenzo Lotto’s Portrait of Andrea Odoni in Hampton Court. In addition, in a work as elaborately drawn up and rich as Vasari’s *Lives*, 10 we find a vast field of discussion related to the problems and expectations connected with conservation, and the possibility of survival of works of art. (CONTI, p.37)

Em 1793, após a tomada da Revolução Francesa, o Louvre é então transformado em museu, com a finalidade de difundir a história nacional (civil, política e histórica) através dos monumentos históricos tomados da elite. Com isso a sociedade poderia ter acesso ao conhecimento, antes permitido apenas para burguesia e clero.

A área da Conservação e a Restauração começa a adquirir um caráter mais definitivo, assumindo um contorno mais próprio, e se diferenciando da profissão de artistas. Houve assim uma busca por técnicas e métodos que melhor se adequassem aos suportes, assim como materiais mais estáveis evitando o amarelecimento dos vernizes das pinturas.

Entre os séculos XVIII e XIX, a preservação das obras de arte ganha um lugar de destaque quando começam a surgir colecionadores, “connoisseurs” e “experts” (especialistas em arte) com uma preocupação grande em adquirir os objetos em bom estado físico.

Com a Revolução Industrial, além dos inúmeros avanços com relação à tecnologia, é perceptível a evolução teórica e a “consagração do monumento histórico tanto na Grã-Bretanha quanto na França” (CHOAY, p. 137). Durante o século XIX alguns dos conceitos e teóricos da restauração foram surgindo e estes sendo incorporados para salvaguarda do patrimônio.

Um dos primeiros teóricos foi o arquiteto e arqueólogo francês Eugène Viollet-le-Duc (1814-1979), arquiteto seguidor da arquitetura revivalista, valorizava a arquitetura gótica e defendia a restauração estilística, acreditava que o monumento histórico deveria ser restaurado por completo, sem restar imperfeições. Em contrapartida das ideias de Viollet-le-Duc, o britânico John Ruskin (1819-1900) – crítico de arte, desenhista e aquarelista que tinha seus conceitos voltados para o Romantismo, acreditava e defendia que os monumentos possuíam seu verdadeiro valor em seus materiais e na sua história, ou seja, os sinais da passagem do tempo são importantes e fazem parte da obra. Com isso, se fazia necessário mantê-las em ruínas para perceber esse movimento. O britânico desenvolveu suas principais teorias voltadas à preservação dos monumentos no livro “As sete lâmpadas da arquitetura” (1849).

As experiências díspares e, mesmo, antiéticas (que encontravam representantes em suas várias versões, concomitantemente, em diversos países, foram reformuladas no final do século XIX, em especial por Camillo Boito, consolidando uma via que se contrapôs à prática difusa de tentativas de voltar a um suposto estado original, unidade de estilo, ou estado anterior qualquer – que acarretou a destruição ou deturpação de muitos documentos históricos –, preconizando o respeito pela matéria original, pelas marcas de passagem do tempo e pelas várias fases da obra, além de recomendar a mínima intervenção e, no caso de acréscimos, a distinguibilidade da ação contemporânea, para que esta última não fosse confundida com aquilo que subsistia da obra, o que poderia levar o observador ao engano de considerá-la como antiga. (KÜHL, p. 19)

Durante o final do século XIX e todo o XX algumas Convenções e normas internacionais foram acontecendo, devido a grande preocupação dos países com os bens culturais. As tomadas de decisões foram sendo mais bem estabelecidas após as inúmeras perdas e destruições do patrimônio europeu durante a Segunda Guerra Mundial. Com isso, os protocolos importantes para salvaguarda do patrimônio histórico de cada país foram sendo feitos de acordo com as decisões tomadas nas Convenções. Alguns exemplos são:

- **Declaração de Bruxelas (1874);**
- **Convenção de Haia (1899, 1907 e 1954);**
- **Pacto de Roerich (1935)**
criado após a Sétima Conferência da União Pan-americana (1933);
- **Carta de Atenas (1933)**
redigida após o Quarto Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM);
- **Carta de Veneza (1964)**
produzida após o Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos.

A partir dessas Convenções, houve a criação dos centros e institutos internacionais, por parte da UNESCO, para organização e associação de Museus e Arquivos que guardam bens importantes historicamente, são eles:

• **Institut Royal du Patrimoine Artistique (KIK-IRPA)** – é um Instituto Federal da Bélgica criado em 1948 e tem por objetivo estudar e conservar os bens artísticos e culturais do país;

- **Instituto Central de Restauro (ICR)** – atualmente Instituto Superiore per la Conservazione ed il Restauro. Foi criado em 1944, na Itália e serve como um centro de estudo e aplicação de técnicas de Conservação de arte;
- **International Council of Museum (ICOM)** – O ICOM é uma associação profissional sem fins lucrativos, tendo sua sede junto à UNESCO em Paris. Foi criada em 1946 para criação de convenções e eventos internacionais para membros, promovendo a troca de informações sobre o patrimônio histórico de diversas formas;
- **International Institut for Conservation (IIC)** – É um instituto voltado para objetos museológicos, criado em 1950 no Reino Unido. Ele tinha por objetivo melhorar o conhecimento e os padrões da prática a fim de fornecer uma linguagem em comum para os profissionais e interessados na conservação de objetos museais.
- **Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM)** – O ICCROM, bem como O ICOM, é uma organização intergovernamental que trabalha a serviço de seus Estados Membros (136 países) para promover a Conservação de todas as formas do patrimônio cultural em todas as regiões do mundo. Foi criado após uma proposta apresentada na Conferência Geral da UNESCO, em 1956 e sua sede fica localizada em Roma, Itália.

Em 1963 o italiano Cesare Brandi, historiador da arte e diretor do Istituto Centrale del Restauro, publicou Teoria da Restauração e foi uma das mais importantes teorias para área da Conservação e Restauração, principalmente para firmar teoricamente o que deveria ser respeitado na prática. O livro de Brandi traz fundamentos que são considerados até os dias de hoje, mesmo que já estejam ultrapassados. Um dos pontos relevantes da sua teoria é com relação a necessidade de se perceber o objeto com relação às suas instâncias estética e histórica, sempre respeitando as informações contidas nele. Em 1972 a Carta del Restauro, um documento base com questões específicas de Conservação e Restauração, incorporou alguns pontos chave da teoria de Cesare Brandi.

O restauro é fundamentado na análise da obra, de seus aspectos físicos, de suas características formais e de seu transformar no decorrer do tempo, para, pelo ato crítico, contemporizar as instâncias estética e histórica, e intervir, respeitando seus elementos caracterizadores, com intuito de valorizá-la e transmiti-la ao futuro. É ato crítico que, alicerçado no reconhecimento da obra de arte e de seu transformar ao longo do tempo, insere-se no tempo presente. (KÜHL, p. 210)

Atualmente a Teoría Contemporánea de la Restauración, de Salvador Muñoz Viñas, publicada em 2004, é a teoria em “vigência” no mundo do Patrimônio Cultural. Durante esses anos, o campo da Conservação foi se consolidando aos poucos e formulando suas teorias e embasamentos para melhor preservar seus bens culturais.

A ÁREA DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, embora tenha participado de algumas Convenções de proteção ao patrimônio, essa questão só passou a ter importância quando o país precisou passar por uma ressignificação política de identidade nacional. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca, alguns dos grandes museus nacionais já estavam em funcionamento, mas não tinham meios para preservá-los, principalmente os bens imóveis. Foi então devido a diversas denúncias por parte de intelectuais da época que essa questão começou a surgir nos debates das Instituições Culturais, do Congresso Nacional, na imprensa e no Governo (FONSECA, p. 81).

Foi nesse momento, sob o governo de Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo, que uma das mais importantes instituições a serviço de proteção do patrimônio cultural brasileiro foi criada. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) foi criado em 1937 (embora tenha funcionado de forma experimental em 1936) sob o comando de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) e foi a primeira denominação do órgão que hoje é conhecido por Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1836, deve ser analisada à luz de dois fatos que marcaram a vida cultural e política do Brasil na primeira metade do século XX: o movimento modernista e a instauração do Estado Novo, em 1937, corolário da Revolução de 30. [...] A compreensão do contexto cultural em que, pela primeira vez no Brasil, se formula explicitamente a temática de um patrimônio histórico e artístico nacional implica a sua relação com o surgimento e o desenvolvimento do movimento cultural mais importante na primeira metade do século XX – o modernismo. (FONSECA, p. 82)

O SPHAN tinha por objetivo “promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, Lei nº 378, art. 46). O Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, regulamentava o ato de tombamento tanto dos bens móveis quanto imóveis, deixando o SPHAN como órgão responsável de tal ação. O órgão, assim como o Museu Nacional de Belas Artes, também ficou a cargo das funções do Conselho Nacional de Belas Artes, que foi extinto no mesmo ano, 1937, através da Lei nº 378. (BRASIL, 1937, art. 130).

Em 1945, a partir da iniciativa de criar um setor especializado no cuidado dos bens móveis e integrados dentro do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade convidou o pintor e restaurador Edson Motta (1910-1981) para organizar e assumir esse departamento. Logo após o convite, Motta realizou, entre os anos de 1946 a 1947, um estágio na área de restauração no Fogg Museum, em Harvard (Estados Unidos), a fim de estudar e se aprofundar mais sobre os procedimentos. Após seu retorno ao Brasil, ao assumir seu cargo, ele percebeu uma grande defasagem com relação à área de restauro, além disso teve que lidar com a falta de materiais e equipamentos, uma mão de obra desqualificada e a falta de recursos financeiros por parte do órgão de tombamento.

A fim de solucionar um dos problemas, que era o da falta de pessoas qualificadas, Motta tomou a decisão de formar uma equipe de trabalho com pessoas próximas e colaboradores informalmente para ensinar o que havia aprendido de restauração, funcionando como uma espécie de formação de técnicos. Em 1969, o DPHAN³ sob direção do arquiteto Renato Soeiro⁴, tinha Motta como responsável do Setor de Recuperação, com total e plena autonomia de suas ações, cabendo a ele determinar as tarefas de sua equipe de trabalho.

³ Em 1946 o SPHAN sofre alteração do nome e passa a responder por Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), ainda sob direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

⁴ Renato Soeiro foi chefe da Divisão de Conservação e Restauração (DCR) e diretor-geral do Iphan de 1967 a 1979.

O “Setor de Recuperação de Obras de Arte” do Iphan, que vinha realizando procedimentos de restauração desde o final da década de 1940, passou a ser designado como “Setor de Recuperação de Pintura, Escultura e Manuscritos” por meio de uma resolução pós reunião com o antigo diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1962. Essa mesma resolução pontuava que o restaurador Edson Motta ficaria com a chefia-geral, lugar que vinha ocupando desde então, além de ficar responsável pelos estados da Guanabara, do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Os trabalhos de restauração realizados por Motta e sua equipe eram os mais diversos, iam de pinturas em tela, livros, esculturas, gravuras em papel, documentos até mesmo em edificações históricas, como igrejas. Dois restauradores que trabalhavam na equipe de Motta, em Minas Gerais, Jair Afonso Inácio e Geraldo Francisco Xavier Filho começaram como auxiliares e foram se aperfeiçoando na área de restauração, inicialmente no ateliê-laboratório do Rio de Janeiro. Ambos atuaram como chefes dos trabalhos de restauração em áreas de Minas Gerais. O técnico Jair Inácio tornou-se professor da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP) em 1971 onde lecionou até sua morte, em 1982. Geraldo Francisco Xavier atuou na Coordenação de trabalhos na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre 1976 e 1977, quando em 1978 foi criado o primeiro curso de Especialização de Conservação de Bens Culturais Móveis da UFMG.

A consolidação da área de Conservação se deve a esses nomes que trabalharam na área, aprendendo e ensinando, além de ir formando, por vários estados, outras pessoas nas técnicas de restauração. Muitas pessoas que aprenderam trabalhando na função foram espalhando e passando os conhecimentos até o surgimento de cursos voltados para área da Conservação e Restauração.

Além de Edson Motta, Jair Afonso Inácio e Geraldo Francisco Xavier Filho, também podemos citar o nome de João José Rescala (1910-1986) que foi pintor, ilustrador, desenhista, restaurador e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 1950 ele trabalhou como técnico em conservação de obras de arte religiosas pelo IPHAN, nos estados da Bahia, Pernambuco e Goiás. Rescala

também fez alguns cursos de especialização e exposições fora do Brasil antes de se tornar, em 1956, professor de teoria, conservação e restauração de pinturas na Escola de Belas Artes da UFBA. Entre o período de 1963 a 1967 se tornou diretor da EBA da UFBA.

Outro nome que atuou no crescimento da área foi Gustavo Barroso, advogado, professor, Museólogo dentre muitas funções, além de mestre do folclore brasileiro. O museólogo defendia os tratados internacionais, que foram publicados sobre conservação e restauração no final da década de 1940, pois queria que fosse aplicado nas disciplinas ministradas por ele, como “Técnica de museus”. Além disso, Barroso queria que as normas museológicas tivessem um enfoque na atividade conservativa, principalmente no que diz respeito quanto à valoração do bem a ser preservado como “reliquias do passado”. Ele escreveu um capítulo do seu livro “Introdução à Técnica de Museus” sobre “Como se fazer restaurações”. Suas contribuições para área foram de extrema importância, principalmente para atribuição da Conservação e Restauração no campo da Museologia.

Atualmente o Campo da Conservação e Restauração possui muito mais aplicações do que era realizado quando iniciou. A área cresceu consideravelmente com o uso das ciências aplicadas, como Química, Física e Biologia, além de ser inter e multidisciplinar, se relacionando com as áreas da Engenharia, Arquitetura, Arqueologia, Museologia, Arquivologia, História e Biblioteconomia, e outras inúmeras mais. Antes de tomar qualquer tipo de decisão, o profissional precisa se basear em teorias, pesquisas e exames realizados na obra. No Brasil podemos ver um crescimento diferente do que na Europa, foi somente a partir da década de 1940 e ainda com muita dificuldade com relação a teoria e materiais. Ainda que parcialmente estabilizada, não é uma profissão regulamentada e reconhecida por poucos, embora seja extremamente importante para salvaguarda do patrimônio histórico.

FORMAÇÃO ACADÊMICA E CURSOS TÉCNICOS

A formação em conservação e restauração começou informalmente, por meio dos ensinamentos de Edson Motta, que aprendeu fora do Brasil e repassou para seus discípulos da sua equipe da “Academia Sphan” (SANTOS, 1996 apud MOTA; NAKAMUTA, 2019). Após a saída de Jair Afonso Inácio e Geraldo Francisco Xavier Filho do IPHAN, para lecionar nos cursos de Conservação, além de Edson Motta na Escola de Belas Artes da Universidade do Brasil (atual UFRJ), podemos ver 2 estados com a vertente da preservação em formação.

Segundo Aloisio Arnaldo Nunes de Castro houve uma tentativa em 1978 de Maria Luiza Guimarães Salgado que apresentou um projeto ao IPHAN para implantação de “Laboratório-Escola para restauração de papéis”, mas por questões político-administrativas tal projeto não foi levado adiante.

O primeiro curso de especialização em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis foi criado no Brasil em 1978, na EBA da UFMG e contava com a coordenação da professora Beatriz Ramos de Vasconcelos Coelho. O curso contou com a participação de especialistas internacionais, além de ter total apoio da UNESCO e do Projeto Regional de Patrimonio Cultural y Desarrollo (PNUD). Com essa parceria eles puderam contribuir nas áreas de materiais e metodologias de trabalho para formação de novos profissionais na área. (CASTRO, 2016).

Com relação à instituição de ensino superior privado, a Universidade Estácio de Sá, tinha aberto vagas para o curso superior de Tecnologia em Restauração de Bens Culturais, no Rio de Janeiro, no ano de 2006. Em São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo abriu a sua graduação em Conservação e Restauração, porém, ambos os cursos não estão mais ativos atualmente.

Por meio do Programa REUNI, criado pelo Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007, ainda no Governo Lula (2003-2010), as Univer-

sidades Federais brasileiras, UFMG, UFRJ e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), ganharam o curso de graduação (bacharel) em Conservação e Restauração de Bens Culturais, iniciando a sua consolidação a partir dos anos 2000. Atualmente, além dos cursos criados pelo REUNI, a Universidade Federal do Pará possui um curso de graduação em Conservação e Restauo, além disso também houve a implementação de alguns cursos tecnológicos e técnicos. Outro ponto foi a criação de diversos cursos de Pós-graduação distribuídos pelo Brasil inteiro.

Cursos de Bacharelado:

Graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, MG.
Foi criado em 25 de fevereiro de 2008;

Graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis - Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – Pelotas, RS. Foi criado em 01 de agosto de 2008;
Graduação em Conservação e Restauração - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, RJ.
Foi criado em 22 de março de 2010;

Graduação em Conservação e Restauo – Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, PA.
Foi criado em 26 de outubro de 2018;

Cursos de Tecnólogo:

Tecnólogo em Conservação e Restauo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) – Ouro Preto, MG.
Foi criado em 30 de novembro de 2011;

Cursos Técnicos:

Curso técnico em restauro – Escola Técnica Estadual de Restauo Carlos Frederico Werneck de Lacerda – Vassouras, RJ.
Foi criado em 2017;

Curso técnico em Conservação e restauro – Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP) – Ouro Preto, MG.
Foi criado na década de 1970 com o restaurador Jair Afonso Inácio.

Pós-graduação:

Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (CECRE) – Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, BA.
Foi criado em 2009;

Curso Gestão e Prática de Obras de Conservação do Patrimônio Cultural – Gestão em Restauro (nível de capacitação e treinamento) – Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) – Recife, PE.
Foi criado em 2003;

Mestrado e Doutorado em Artes da UFMG (PPGArtes) com linha de pesquisa em Preservação do Patrimônio Cultural – Belo Horizonte, MG.
O mestrado foi criado em 1995 e o doutorado em 2006;

Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT) com linhas de pesquisa em história, memória e sociedade; e preservação e gestão – Casa de Oswaldo Cruz (COC) – Fiocruz – Rio de Janeiro, RJ.
Foi criado em 2015;

Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – Brasília, DF.
Foi criado em 2004;

Mestrado Profissional Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT) – Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) Rio de Janeiro, RJ.
Foi criado em 2013;

Mestrado em Conservação e Gestão do Patrimônio – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) – Belo Horizonte, MG.
Foi criado em 2021;

Cursos de Especialização:

Curso de Especialização em Conservação e Restauro Arquitetônico – Universidade Santa Úrsula (USU) – Rio de Janeiro, RJ.
Foi criado em 2019;

Curso de Especialização em Conservação e Restauro – Faculdade Alfa América – São Paulo, SP.
Foi criado em 2015.

A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE CONSERVADOR-RESTAURADOR

A profissão de Conservação e Restauração, embora muito importante, ainda não é regulamentada no Brasil. Profissionais de inúmeras instituições vêm lutando para que essa ação aconteça de fato, mas tem sido uma batalha árdua e lenta. Os profissionais que trabalham com a preservação do patrimônio histórico nacional, precisam ter todo um embasamento teórico-prático e saber o que estão fazendo, pois, qualquer erro pode acarretar a perda de um bem de grande relevância histórica.

O curso de graduação da UFRJ, até pouco tempo atrás, não era reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), pois ele não possuía condições físicas e estruturais para abrigar um curso desse aspecto. Com relação às disciplinas práticas é essencial laboratórios bem equipados e uso de materiais específicos, que no país só são encontrados em determinadas lojas voltadas para o campo da restauração. Entretanto, as salas eram pequenas e algumas coisas precisavam ser improvisadas para o melhor funcionamento, tendo em vista que não tinha qualquer tipo de financiamento para compra de equipamentos ou reformas. Antes da pandemia, em 2019, o curso recebeu a visita do MEC e foi solicitado que as salas fossem modificadas a fim de torná-las no mínimo aceitáveis. Alguns docentes tiveram que colocar recursos próprios a fim de ajudar na reforma, para que o curso não fosse reprovado. Há muitos anos que a UFRJ não recebe investimento financeiro para o levantamento de outro prédio da Reitoria, para abrigar os cursos da EBA. Após o incêndio ele se tornou um edifício abandonado, agora com a pandemia a situação parece ter se agravado.

Independentemente das condições, as universidades federais já formaram algumas turmas de Conservadores-Restauradores, há pelo menos 13 anos, mas a profissão ainda não foi regulamentada. O critério para contratar uma pessoa para o cargo, tendo que lidar com questões intrínsecas e extrínsecas do objeto, é mínimo. Algumas instituições, por serem públicas, precisam fazer o processo de licitação e o critério de avaliação é sempre o menor preço, mas a empresa contratada pode não ser confiável, logo estamos arriscando nossos bens nas mãos de pessoas que não tem nenhum tipo de qualificação.

Se fosse realizado um levantamento quantitativo dos bens culturais móveis restaurados no país, patrocinados por fundações sérias e responsáveis, teríamos uma quantidade alta que levaria a uma questão mais profunda: com a área científica nacional praticamente inexistente, qual a eficácia dos tratamentos realizados? Os patrocinadores estão ajudando a preservar o bem cultural ou a degradá-lo? Este questionamento é mais sério em se tratando de conservação e restauro de papéis, pois os tratamentos atuam diretamente na estrutura molecular do objeto alterando-a e modificando-a. É comum escutarmos que os tratamentos são reversíveis; isto não é verdade: como vou fazer voltar ao papel elementos removidos com os banhos ou remover toda a cera utilizada no reentelamento de uma tela? Reversibilidade é uma utopia, principalmente para obras em papel. O máximo que podemos garantir é remover com certa facilidade, ou parcialmente, os materiais que agregamos à superfície do objeto. (BALDINI, 2005)

Há pelo menos 8 anos as tentativas de regulamentar a profissão vem acontecendo em conjunto tanto das Universidades Federais quanto das associações e cursos tecnólogos. No ano de 2019 a regulamentação da profissão parece ter tomado algum rumo. Em fevereiro de 2019 houve uma apresentação do Projeto de Lei n. 1183/2019 pelas mãos da Deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS).

○ Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As profissões de Conservador-Restaurador de Bens Culturais e de Técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais são de natureza cultural, técnica e científica.

Parágrafo único. Bem cultural é aquele que, por seu valor histórico, documental ou artístico, tombado ou não, deve ser preservado.

Art. 2º O exercício da profissão de Conservador-Restaurador de Bens Culturais de nível superior, com as atribuições estabelecidas nesta Lei, é permitido exclusivamente:

I – aos diplomados no Brasil em curso superior de conservação-restauração de bens culturais, reconhecido na forma de lei;

II – aos diplomados no exterior em cursos superiores de conservação-restauração de bens culturais, com diplomas revalidados no Brasil, na forma da lei;

III – aos diplomados em cursos de mestrado ou doutorado, realizados em escolas reconhecidas na forma da lei, observados os seguintes requisitos, cumulativamente:

- a) área de concentração em conservação-restauração de bens culturais;
- b) elaboração de dissertação ou tese versando sobre a mencionada área;
- c) comprovação de pelo menos 3 (três) anos consecutivos de atividades técnicas e científicas próprias desse campo profissional.

(BRASIL, Projeto de Lei nº 1183/2019)

Foi criada uma página na plataforma do Facebook chamada “Regulamentação da Profissão de Conservador-Restaurador”, onde são publicadas algumas atualizações sobre o encaminhamento do projeto de lei em questão e algumas publicações que demonstram as destruições causadas ao patrimônio histórico, realizadas por “profissionais” que não eram formados em conservação-restauração e tentaram realizar procedimentos de intervenções diretas.

No ano de 2020 o Jornal americano “The Guardian” publicou uma matéria chamada “Experts call for regulation after latest botched art restoration in Spain” (Especialistas pedem pela regulamentação após a última restauração de arte arruinada. Tradução nossa). O artigo explica que os Conservadores-Restauradores da Espanha estavam pedindo uma rigidez das leis sobre os trabalhos de conservação, após uma pintura famosa ter sido destruída após uma tentativa frustrada de “restauro”. Um colecionador particular em Valência teria procurado por um profissional e contratou uma pessoa que cobrava “mais barato”. As destruições de obras de arte causadas na tentativa de um restauro, por pessoas que não são profissionais, acontecem com uma certa frequência e o resultado é sempre o mesmo, o ato poderia ser chamado até de criminoso.

O profissional da área sabe bem a dificuldade que é ter que lidar com intervenções feitas por pessoas que não sabem fazer uma conservação, um restauro e um acondicionamento. Essas intervenções podem causar danos irreversíveis, podendo chegar até a perda total de um bem. Com isso, podemos afirmar que a regulamentação é essencial para salvaguarda do Patrimônio seja ele Nacional ou Mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Patrimônio cultural existe desde nossa vivência enquanto seres humanos. Enquanto nós vivermos, a memória existirá e mais monumentos históricos serão construídos e produzidos a cada ano. A cada novo século, novas civilizações, conseqüentemente novos objetos, novos documentos, novas iconografias, novos estilos e arquiteturas a serem salvaguardados.

A ideia do que é o patrimônio histórico foi sofrendo diversas mudanças e acréscimos, bem como a definição do que é um monumento histórico. Essas ideias surgiram na Europa, o berço das construções antigas, das grandes civilizações e descobertas. Após a expansão dessas ideias para além desse continente e chegada a nível mundial, podemos ver um boom de valores e identidades diversas e uma tentativa de buscar a identidade nacional.

No Brasil, a assimilação do que era nosso de fato demorou a acontecer, ainda tínhamos resquícios de Portugal e não conseguimos formular nossa identidade, o que era nossa arquitetura, nossa história, nossos povos e nosso solo. Precisamos primeiro construir arquivos, museus e bibliotecas e nos descobrir antes, para então designar a identidade brasileira.

O Sphan foi de extrema importância para essa significação e visualização de que o Brasil possui bens valiosos e que precisavam ser descobertos para serem, então, protegidos por uma instituição maior. A busca pelo nacional trouxe à tona bens que até então eram corriqueiros, como cantigas e repentes e o Folclore brasileiro. Foram surgindo assim profissões que auxiliavam nessa salvaguarda do Patrimônio e entre elas, a Conservação e Restauração, que também veio das ideias europeias.

A área da Conservação-Restauração remonta uma história de pelo menos 3 séculos de desenvolvimento, embora os profissionais atuantes só venham a ser denominados como conservadores-restauradores há pouco tempo. No Brasil a área é bem recente, foi iniciada a partir da década de 1940 e desde então tem preservado cada vez mais as nossas histórias.

Infelizmente, muitos bens foram perdidos devido à falta de regulamentação da profissão. Não se tem nenhum Sindicato a quem recorrer, sofremos com a falta de valorização do profissional e pessoas de fora da área são contratadas por serem mão de obra barata. Entretanto o resultado dessa “mão de obra barata” vem nos causando uma perda cada vez maior das obras de arte, tendo em vista a má conservação e restauração a que são submetidas. E nem sempre são danos irreversíveis. Até quando precisaremos perder nossas memórias vivas por falta da regulamentação do profissional de Conservação e Restauração?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDINI, Isis. **Reticências, reflexões e interrogações:** o estado da conservação e restauração no Brasil. Fórum Permanente: Periódico Permanente, São Paulo, ano 2012, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.forumpermanente.org/revista/edicao-0/textos/reticencias-reflexoes-e-interrogacoes>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1183/2019**, de 27 de fevereiro de 2019. Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de Conservador-Restaurador de Bens Culturais e de Técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0bl9kaoz1pb3d4e74c9ok3p8l11441712.node0?codteor=1715354&filename=Tramitacao-PL+1183/2019>. Acesso em: 03 de ago. 2021;

CARLAN, Claudio Umpierre. **Os Museus e o Patrimônio Histórico:** uma relação complexa. História, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 75-88, 2008. DOI <https://doi.org/10.1590/S0101-90742008000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/ZMYTZstWXQmcpBjdz6fxtBQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 9 ago. 2021.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **A formação de conservadores-restauradores de bens culturais móveis no Brasil:** memórias e trajetória histórica. Conservar Patrimônio, Portugal, n. 24, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/jatsRepo/5136/513654153008/html/index.html#redalyc_513654153008_ref9>. Acesso em: 30 de jul. 2021;

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio.** 2. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, abril 2014. 306 p.

CONTI, Alessandro. **History of the Restoration and Conservation of Works of Art.** Oxford, Elsevier, 1988. 436 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo:** Trajetória Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc/IPHAN, 2005.

JONES, Sam. **Experts call for regulation after latest botched art restoration in Spain.** The Guardian: Madrid, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/artanddesign/2020/jun/22/experts-call-for-regulation-after-latest-botched-art-restoration-in-spain>. Acesso em: 01 ago. 2021.

KÜHL, Beatriz M. **Cesare Brandi e a Teoria da Restauração.** PosFAUUSP, São Paulo, n. 21, jun. 2007. 197-211 p. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43516>>. Acesso em: 10 de jun. 2021;

KÜHL, Beatriz Mugayar. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos**. Revista do Patrimônio Cultural USP, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-40, nov. 2005. Disponível em: <http://cms-portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anexo,%20texto%203.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2021.

MIGUEL, Ana Maria Macarrón. **História de la conservación y la restauración**: desde la antigüedad hasta finales del siglo XIX. Madrid: Tecnos, 1995.

MOTA, E. M.; NAKAMUTA, A. S. **A trajetória da conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados no Iphan**: desdobramentos da “Escola Edson Motta” em Minas Gerais (1946-1976). Revista CPC, São Paulo, n. 27, 20 p. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/156226>. Acesso em: 29 de jul, 2021.

MOTA, Elis Marina. **As práticas de restauração de bens móveis e integrados nas igrejas Matriz de Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora do Carmo e São Francisco de Assis em São João del-Rei/MG (1947-1976)**. 2018. 189 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DISSERTACAO_ELIS_MARINA_MOTA\(6\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DISSERTACAO_ELIS_MARINA_MOTA(6).pdf). Acesso em: 30 de jul. 2021;

PETZET, Michael. **Principles of Preservation**: An Introduction to the International Charters for Conservation and Restoration 40 Years after the Venice Charter. ICOMOS, [s. l.], p. 7-29, 2004. Disponível em: <https://www.icomos.org/venicecharter2004/petzet.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2021.

REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEXEIRA, L.; THOMPSON, A. **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) 1937-1946**. In: _____. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Servi%C3%A7o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional.pdf>. Acesso em: 29 de jul. 2021.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN**. In: _____. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

RIZZO, Marcia de Mathias. **Breve História do ofício da Conservação e Restauração de Bens Culturais**. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: <http://mrizzo.com.br/video/linha-do-tempo-breve-historia-do-oficio-da-conservacao-e-restauracao-de-bens-culturais->. Acesso em: 9 ago. 2021.